



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PExt no HABEAS CORPUS Nº 633559 - SP (2020/0335111-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**REQUERENTE** : LUCIRENE DO ROCIO GUANDELIN  
**ADVOGADO** : CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA CASAGRANDE - PR026479  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : CLEUER JACOB MORETTO (PRESO)  
**ADVOGADO** : CLEBER DIAS MARTINS - SP302451

### DECISÃO

Cuida-se pedido de extensão, em benefício de LUCIRENE DO ROCIO GUANDELIN, da decisão que deferiu a liminar para determinar a soltura do paciente CLEUER JACOB MORETTO mediante o cumprimento de medidas cautelares alternativas, até o julgamento do *writ* de origem.

A requerente encontra-se presa preventivamente em razão de investigações que culminaram na *Operação Raio-X*, na qual se apuram os crimes de organização criminosa, peculato e fraude à licitação praticados contra o Município de Birigui, em razão dos valores pagos à Organização Social Instituto de Desenvolvimento Social e à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui.

Sustenta que sua prisão careceria de fundamentação idônea, não estando presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que é primária, tem residência fixa e ocupação lícita, além de ser obesa e hipertensa, circunstâncias que lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Requer a extensão dos efeitos da decisão liminar proferida em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O art. 580 do Código de Processo Penal preceitua que, "no caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará os outros".

No caso, ao deferir a medida liminar em favor do paciente CLEUER JACOB

MORETTO, o relator, Ministro Nefi Cordeiro, consignou o seguinte (fls. 1.268-1272):

De início, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de habeas corpus contra decisão que indeferiu a liminar em writ impetrado no Tribunal a quo, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de ilegalidade flagrante, decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

Ademais, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

No caso, a decisão do Habeas Corpus Criminal Processo nº 2286789-86.2020.8.26.0000 consignou, *in verbis* (fls. 72-83):

Vistos.

Cuida-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado por CLEBER DIAS MARTINS em favor de CLEUER JACOB MORETTO, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Penápolis (autos nº 1500061-64.2019.8.26.0438), que estaria submetendo o paciente a constrangimento ilegal.

O paciente está sendo cautelarmente privado de sua locomoção pela prática, em tese, dos crimes previstos nos art. 312, caput, c.c. art. 327, §1º, ambos do Cód. Penal, por doze vezes, em continuidade delitiva (cf. fl. 1.203).

Resumidamente, o habeas corpus é impetrado sob as seguintes alegações: (i) risco à saúde do paciente, portador de várias comorbidades e que realizaria cirurgia para tratamento de doença, sendo necessários cuidados “impossíveis de serem prestados no ambiente penitenciário” (fl. 02); (ii) incompetência do Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Penápolis, devendo os autos serem remetidos ao Juízo de Direito da Comarca de Birigui; (iii) ilegalidade na dilação de prazo para oferecimento da resposta à acusação, em ofensa ao princípio da legalidade e à Súmula 710 do Col. Supremo Tribunal Federal, mormente considerando estar o paciente preso; (iv) presença dos requisitos necessários para a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, com fundamento no art. 318, inc. VI, do Código de Processo Penal e no habeas corpus coletivo nº 165.704/DF, do Col. Supremo Tribunal Federal e (v) ausência de fundamentação idônea da r. decisão que decretou a prisão.

Requer, nesses termos, a revogação da prisão processual.

Ação distribuída em prevenção ao habeas corpus nº 2234151-76.2020.8.26.0000.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir, desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

No caso concreto, não há elementos suficientes a embasar eventual concessão liminar da ordem, ante a ausência do preenchimento dos pressupostos legais.

E, ainda, a análise das alegações demanda um exame atento e aprofundado dos elementos da ação penal, providência incompatível com o juízo antecipado e superficial, mormente em relação à alegada incompetência da autoridade vergastada, sendo

certo que a juntada da decisão de que houve compartilhamento de provas entre o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Birigui (autos nº 1504354-93.2019.8.26.0070 e o Juízo de Direito 1ª Vara da Comarca de Penápolis (autos nº 1500061-64.2019.8.26.0438) (fl.

25) não se mostra suficiente, por si só, para comprovar a alegada incompetência do Juízo de Direito 1ª Vara da Comarca de Penápolis.

Outrossim, à fundamentação da r. decisão que manteve a custódia cautelar do paciente (fls. 17/21), ao menos nesse juízo sumário, não se pode atribuir teratologia ou ilegalidade:

“Deve-se lembrar que a prisão preventiva não foi decretada apenas para garantia da aplicação da lei penal e conveniência da instrução criminal, mas também para garantia da ordem pública ante a gravidade em concreto dos fatos e risco de **reiteração criminosa**.

Nesse sentido, em relação ao requerente CLEUER, ao que tudo indica até o momento, seria pessoa de extrema confiança do primo CLEUDSON, teria contribuído com os desvios por meio de contratos (pessoa física e empresa), sendo que em diversos diálogos (já apontados na decisão que recebeu a denúncia em seu desfavor) verificou-se que colaborou para a confecção de documentos com indícios de fraude, além de participar de reuniões a respeito do futuro dos negócios da organização, a indicar certa ingerência [...] O requerente argumenta que tem filhos menores e necessita trabalhar para sustentá-los. Contudo, ao longo desses dois anos de investigação, ao menos por ora, o que os elementos de convicção apontaram é que as únicas fontes de renda do requerente eram os contratos que o vinculavam às organizações sociais. Contratos estes que estão sub judice.

Assim, não há como acolher-se a pretensão de revogação sob aquela justificativa já que isso implicaria autorizar o requerente a exercer as atividades que exatamente estão em análise nestes autos, porque essa seria a principal atividade durante as investigações.

No tocante aos alegados problemas de saúde da parte requerente, [...] este juízo determinou que o estabelecimento prisional prestasse informações a respeito dos seguintes pontos: a) se a unidade prisional tem enfermagem;

b) se há a possibilidade de prestar os serviços médicos urgentes que os presos necessitam; c) se há medicamentos básicos ou possibilidade de ingresso de medicamentos controlados para os presos mediante receita médica; d) quais as medidas de prevenção à contaminação por Covid-19 são adotadas na unidade; e) se há presos contaminados por Covid-19 e a quantidade e se eles permanecem em isolamento. Sobre tais questionamentos, a Autoridade responsável pelo local da custódia informou ao juízo que (Evento 444- fls.125597/127619, Autos nº 1501726-18.2019.8.26.0438):

a) Este estabelecimento penal possui um Setor de Enfermagem, onde são realizados os procedimentos básicos de saúde.

b) Quanto a demanda de atendimento médico, está sendo realizada por profissionais da Unidade Básica de Saúde do Município de Lavínia, de acordo com a necessidade, e nos casos em que configure situação de urgência e emergência, são encaminhados ao Hospital Estadual de Mirandópolis mediante escolta da Polícia Militar. Nos casos em que são necessárias especialidades médico/hospitalares, a demanda é direcionada ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário. Vale destacar que os agendamentos com especialidades são solicitados por meio do sistema CROSS Central de Registro de Oferta de Serviços de Saúde, instituído pela Lei nº 16.657, de 12 de janeiro de 2018.

Esse sistema disponibiliza mensalmente número de vagas para a população prisional de todas as regiões do Estado de São Paulo incluindo, portanto, as demandas de saúde de todo o sistema prisional paulista.

c) Há medicamentos básicos disponíveis na Unidade e quanto a medicação controlada somente é liberada após a avaliação e prescrição por médico atuante na Unidade Básica de Saúde do Município.

d) Quanto aos protocolos adotados pela Unidade Prisional para enfrentamento da pandemia da COVID 19, temos a informar que todas as pessoas que adentram a Unidade (servidores, presos e visitantes em geral) é aferida temperatura corporal com termômetro digital infravermelho, verificados sinais e sintomas apresentados ou referidos de síndrome gripal, em caso de servidores são afastados e encaminhados para realização de exames. Quanto aos presos, na inclusão automática todos são submetidos a triagem realizada por profissional da área da saúde, onde é aferida temperatura corporal, saturação de oxigênio, sinais característicos de gripe tais como coriza, tosse, espirro ou dificuldade para respirar. Apresentando um desses sintomas o preso é imediatamente isolado no Setor de Enfermaria da Unidade, monitorado e colhido exame conforme protocolo do Ministério da Saúde. Caso haja piora no quadro clínico é encaminhado ao Hospital Estadual de Mirandópolis para avaliação e conduta médica. Todos os presos na sua inclusão recebem Kits de higiene pessoal e máscaras laváveis e independente de apresentar qualquer um dos sintomas citados acima, permanecem em isolamento por 14(quatorze) dias em um pavilhão específico para esse fim, não aparecendo nenhum dos sintomas são incluídos junto à população.

e) Atualmente possuímos apenas 01 (um) caso suspeito de COVID-19 estando o sentenciado devidamente isolado em Setor de Enfermaria, aguardando resultado RT-PCR para COVID-19. Acrescente-se também que no Ofício SAP1925246/2020 (Evento 444), há um extenso e detalhado relatório, acompanhado de fotografias, de medidas sanitárias adotadas pelas unidades prisionais com vistas a promover a saúde dos detentos e impedir contaminações.

Assim, não se pode acolher quaisquer justificativas a respeito do estado de saúde da parte requerente para conceder-lhe a liberdade provisória.

Até porque a concessão de prisão domiciliar é medida reservada a situações de extrema debilitação por motivo de doença (art. 318, II, do CPP), o que não é a situação da parte requerente, haja vista que durante os quase dois anos de investigação não se constatou quaisquer problemas de saúde que o impedisse de exercer suas atividades.”

Dessarte, a prisão preventiva está justificada na posição do paciente na organização, pois *verificou-se que colaborou para a confecção de documentos com indícios de fraude, além de participar de reuniões a respeito do futuro dos negócios da organização, a indicar certa ingerência.*

No caso, contudo, em relação ao paciente há somente a indicação de que colaborou para a confecção de documentos com indícios de fraude, além da suposição de que possui certa ingerência nos negócios da organização.

Nesse contexto, considerando que os delitos imputados ao paciente, que é primário, não foram praticados com violência ou grave ameaça (art. 312, caput, c.c. art.

327, §1º, ambos do Cód. Penal) e diante da atual pandemia causada pela Covid-19, tem-se que os riscos apontados não exigem tão gravosa

cautelar como a prisão, mesmo tendo havido dano grave ao erário. Desse modo, para evitar o risco de reiteração delitiva, suficiente é a imposição das seguintes medidas cautelares penais diversas da prisão processual: (a) Afastamento da administração e não manter contato com o primo CLEUDSON; (b) Proibição de exercer função ou cargo público ou contratar com o Poder Público; (c) apresentação a cada dois meses, para verificar a manutenção da inexistência de riscos ao processo e à sociedade;

(d) proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, vinculando o os delitos apurados na ação penal, como garantia à instrução e proteção contra à reiteração criminosa; tudo isso sem prejuízo de eventual fixação de outras medidas cautelares pelo Juízo de origem, desde que devidamente fundamentadas.

Ante o exposto, defiro a liminar para determinar a soltura do paciente, CLEUER JACOB MORETTO, mediante o cumprimento das medidas cautelares acima elencadas, até o julgamento do writ de origem, que não fica por esta decisão prejudicado, o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Por outro lado, a participação da ora requerente na organização criminosa foi assim explicitada na denúncia (fls. 138-139, 427 e 592-613):

Em data que não se pode precisar, mas certo que **em estado de permanência ininterrupto de meados de 2016 até o oferecimento da presente denúncia**, inclusive durante período de calamidade pública, inicialmente nas Comarcas de Birigui e Penápolis, mas também em diversas outras cidades do Estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, em comunhão de ações e desígnios e prévio acordo de vontades e divisão de tarefas as quais serão pormenorizadamente descritas abaixo, os denunciados **ADRIANA MICHELS FERREIRA, ANDERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO; ARTHUR LEAL NETO, CARLOS AUGUSTO CANDEO FONTANINI, FERNANDA D'ANGELO CONTARDI, FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO, GENILSON JOSÉ DUARTE AMORIM, GLAUCO LUÍS COSTA TON, HUGO CEZAR FÉLIX TRINDADE, JOÍLSON CORREA FAUSTINO, JOSÉ ROBERTO MERINO GARCIA (PAQUINHA), JÚLIO CÉSAR ARRUDA RODRIGUES, KLEBER SONAGERE, LAURO HENRIQUE FUSCO MARINHO, LIDIANE DA SILVA CÂNDIDO FORNOS, LUCIANO COLICCHIO FERNANDES, LUCIRENE DO ROCIO GUANDELINE, MARIA PAULA LOUREIRO DE OLIVEIRA, MATHEUS DONÁ FREDERIC O, MESSIAS MARQUES RODRIGUES, MOIZÉS CONSTANTINO FERREIRA NETO, MONIZE CHAGAS DOS SANTOS, NILTON PEREIRA DE SOUZA, ODAIR LOPES DA SILVEIRA, RAFAEL CORREIA OLIVA, REGIS SOARES PAULETTI, RODRIGO MAGALHÃES BORGES, THALLES HENRIQUE VICENTINI, WAGNER PERFETO FORNOS e WILSON PEREIRA DA SILVA**, além de outros, constituíram e integraram, pessoalmente, organização criminosa, em concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal e mantendo conexão com outras organizações criminosas independentes.

Como já citado, a investigação revelou organização criminosa extremamente organizada e extensa, com integrantes da classe médica, jurídica, empresarial e política, além de outros, que foi criada com a

finalidade do cometimento de crimes de desvio de recursos públicos ligados à área da saúde e lavagem destes valores, além de diversos crimes cometidos com essa finalidade.

(...)

A fim de nos fazermos didáticos, chamaremos o presente de "**NÚCLEO EMPRESARIAL**", que, até o momento, foram identificados os seguintes integrantes: **ANDRÉ DE FREITAS; CLEUER JACOB MORETTO; DANIELA BOTTIZINI; GILBERTO ADEMIR GRANJA; GUILHERME APARECIDO DE JESUS PARACATU; IVONE VALLE COCA MORALIS; MAURÍCIO CARLO ZANLORENSI; OLAVO SILVA DE FREITAS; OSVALDO COCA MORALIS; RAPHAEL VALLE COCA MORALIS; VÁGNER LUÍS MIASSO**, investigados na Comarca de Penápolis. Há, ainda, as pessoas de **ADRIANA MICHELS FERREIRA, LUCIRENE DO RÓCIO GUANDELIN, CARLOS AUGUSTO CANDEO FONTANINI, ARTHUR LEAL NETO, LAURO HENRIQUE FUSCO MARINHO, JULIO CÉSAR ARRUDA RODRIGUES, ODAIR LOPES e LUCIANO** investigados na Comarca de Birigui.

Apesar do que restou determinado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923/DF, no sentido de que "*(iv) os contratos a serem celebrados pela Organização Social com terceiros, com recursos públicos, sejam conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da CF, e nos termos do regulamento próprio a ser editado por cada entidade*", a seleção dessas empresas ficava ao bel prazer do grupo criminoso.

Uma vez celebrado o contrato entre as Irmandades e as prestadoras de serviços, dava-se início à indústria da emissão de "notas frias" em favor das referidas empresas, ora por serviços não prestados ou aquisição de produtos e materiais que não foram utilizados ou nem mesmo adquiridos, ora por serviços ou produtos superfaturados, numa maneira de se desviar o dinheiro público em proveito próprio e alheio.

(...)

Como já mencionado, o Instituto recebia mensalmente da OSS o valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) pela prestação do serviço de gerenciamento das atividades acadêmicas entre a União Social Camiliana e a Associação da Irmandade da Santa Casa de Pacaembu além de um valor variável, em regra, na casa dos 40 e 50 mil reais, referentes a prestação do serviço de horas de capacitação e treinamento, realizadas no Hospital Geral de Carapicuíba.

Como já se pode notar pelos diálogos acima mencionados, parte significativa destes valores pagos mensalmente pela OSS ao Instituto era desviado em prol da organização criminosa.

Para que os valores retornassem aos membros do grupo sem que se chamasse a atenção, após o pagamento ao **Instituto**, os denunciados se valiam da emissão de notas de serviços supostamente prestados pelas empresas de **LUCIRENE** ao **Instituto**, expediente este que auxiliava no processo de lavagem de dinheiro. Assim, o dinheiro chegava às mãos de **LUCIRENE** que se incumbia de distribuir aos demais denunciados.

No período de 29 de julho de 2019 a maio de 2020, das 21 notas fiscais superfaturadas, que ensejaram pagamentos em favor do **Instituto**, totalizando o montante de R\$ 1.491.784,00, R\$ 1.283.750,00 retornaram à organização criminosa por meio das empresas de fachada **L DO RÓCIO GUANDELIN SERVIÇOS HOSPITALARES, GRL Equipamentos e Serviços Hospitalares LTDA e LRG - Equipamentos Hospitalares Eireli**.

Vejamos abaixo uma tabela na qual foram colacionados os pagamentos

efetuados pela OSS ao **Instituto** nos meses de março/2019 a maio de 2020, na qual consta como Prestador o Instituto Santa Cruz de Saúde, Tecnologia Ensino e Pesquisa e como Tomador a Associação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia

(...)

O **Instituto**, por sua vez, pagou a GRL o total de R\$ 927.000,00, no período de agosto/2019 a maio/2020. Estes valores foram pagos pelo Instituto com o intuito de devolver o dinheiro objeto de desvio aos membros do grupo por meio de lavagem de capitais. Estes valores podem ser expressos na seguinte tabela (Relatório Evento nº 324 – fls. 94.996/95.035):

(...)

Já para a LRG-Equipamentos Hospitalares Eireli o Instituto pagou de abril/2019 a maio/2020 o montante de R\$ 381.750,00, também com o intuito de devolver o dinheiro objeto de desvio aos membros do grupo por meio de lavagem de capitais. Estes valores podem ser expressos na seguinte tabela (Relatório Evento nº 326 – fls. 95.143/95.197):

(...)

De modo a ficar mais compreensível, o Relatório Evento nº 322 (fls. 94.816/94.966) traz a seguinte tabela relacionando primeiramente as notas emitidas pelo **Instituto** e, nas colunas seguintes, as notas emitidas pelas empresas de **LUCIRENE**.

(...)

Ainda conforme apurado, após os valores ingressarem na conta bancária das empresas de **LUCIRENE** - de modo a dissimular e ocultar sua origem com base em uma prestação de serviços fraudulenta -, uma parte era transferida para membros do grupo criminoso (integrantes do núcleo lavagem de capitais) que disponibilizam suas contas para que ocorresse mais uma fase da lavagem, tornando o processo para se identificar a origem e finalidade do dinheiro desviado ainda mais complexo.

As interceptações telefônicas e outros elementos probatórios ainda revelam que outra parte do dinheiro depositado nas contas das empresas de **LUCIRENE** ora era sacada e devolvida fisicamente a membros da organização, ora era depositada em contas por eles indicadas ou, então, era utilizada para pagamento de contas particulares diversas de **FERNANDO** e outros.

Assim, para efetuar o retorno dos valores aos membros do grupo, o Instituto mantinha contrato de prestação de serviços com as empresas de **LUCIRENE** (LRG e GRL) e a partir de uma suposta prestação de serviços das empresas de propriedade desta, o Instituto efetuava o pagamento, transferindo os valores recebidos pelos superfaturados serviços supostamente prestados à Associação Santa Casa de Misericórdia de Pacaembu.

Neste sentido, **LUCIRENE** e **FERNANDO** possuem vários diálogos nos quais versam sobre as notas que **LUCIRENE** deveria emitir para que o **Instituto** pagasse. Por amostragem, vejamos o seguinte diálogo:

(...)

No diálogo abaixo, preocupados com investigações policiais, os denunciados versam sobre mudança de valores e alterações nas emissões das notas, no sentido de utilizarem as duas empresas de **LUCIRENE** (Registro e de Curitiba) e não apenas uma como vinham fazendo. Com isso, evidencia-se que a prestação de serviço pouco importava para a emissão das notas e respectivos pagamentos. Vejamos:

(...)

O sócio de **LUCIRENE** na empresa **GRL**, **RAFAEL CORREIO OLIVA** também possui participação ativa para a empreitada criminosa.

Tanto é assim que ele já efetuou depósitos em favor de integrantes do grupo criminoso, como forma de devolução do dinheiro recebido por sua empresa à **CLEUDSON**.

A situação nº 20 do Relatório Evento nº 216 (fls. 53.834/53.947) relacionado à análise do celular apreendido de **MARCIO TIZURA** ilustra uma conversa deste integrante do núcleo chefia com **REGIS** dos dias 17 e 18 de dezembro de 2019.

Na oportunidade, **REGIS** presta contas de depósitos efetuados, dentre eles menciona um no valor de R\$ 20.000,00 na conta de **LIDIANE S. CANDIDO FORNOS**, integrante do núcleo “lavagem de dinheiro”. Na oportunidade, **REGIS** descreve na foto “Esse é do patrão do Instituto”. Na oportunidade, o depositante foi identificado na agência bancária como sendo “**RAFAEL CORREIO OLIVA**”, CPF 023.389.519-13.

(...)

Vale lembrar que o **INSTITUTO** - ou mesmo as empresas de **LUCIRENE** - sequer possui estrutura física para prestar os serviços os quais informa como atividades, de modo que evidentemente não existe qualquer prestação de serviços por outras empresas em seu favor.

(...)

Após, o dinheiro que era para ser empregado exclusivamente na saúde pública ser devidamente desviado e lavado pelo grupo, **FERNANDO** e **LUCIRENE** utilizavam relevante parte para bancar festas de orgia que aconteciam regularmente, com distribuição de brindes e prêmios aos participantes. A título de exemplo, mencionamos o diálogo abaixo:

(...)

Verificou-se que, além dos depósitos e transferências bancárias que favoreceram **CLEUDSON**, também foram efetuadas entregas pessoais de dinheiro em espécie ao investigado, na cidade de Curitiba/PR.

Tal situação teria ocorrido ao menos em duas oportunidades, no aeroporto de Bacacheri, de acordo com o Relatório Evento nº 314 (fls. 94.530/94.582).

Um dos encontros e entrega efetiva de dinheiro ocorreu na noite do dia 07 de maio de 2020, nas dependências do aeroporto Bacacheri, de acordo com as conversas telefônicas captadas, assim como as imagens das câmeras de segurança do local.

As tratativas sobre tal movimentação tiveram início na manhã do dia 06 de maio de 2020 e foram até a noite do dia 07 de maio de 2020, e que delas participaram **LUCIRENE GUANDELIN**, **FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO** e **REGIS SOARES PAULETTI**.

Na noite daquele dia 07 ocorreu a entrega de cento e quinze mil reais, quando **LUCIRENE GUANDELIN** entrega uma sacola quadrada (por isso na conversa fala sanducheira) nas mãos de **CLEUDSON**, que por sua vez e, rapidamente, entrega a um homem o qual não foi identificado. Na oportunidade, **LUCIRENE** estava acompanhada de **RAFAEL CORREIO OLIVA**.

Conversas anteriores e posteriores ao evento criminoso, entre **LUCIRENE** e **FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO**, mostram que o valor que **CLEUDSON** deveria receber era de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Entretanto lhe foi entregue a quantia de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) e os outros R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) foram depositados na conta de **Hiclea Luiza Costa Ton Pauletti**, esposa de **REGIS SOARES PAULETTI**.

Vale destacar que, na viagem, **CLEUDSON** utilizou o jato recentemente adquirido por ele e que também teve como passageiras **FERNANDA D ANGELO CONTARDI** e **Liliane Dias Pereira Cotardi**.



(...)

Assim, nítido o envolvimento das pessoas acima mencionadas.

Verifica-se que a decisão que deferiu a liminar em favor de CLEUER JACOB MORETTO baseou-se na sua posição na organização, que se limitava à "indicação de que colaborou para a confecção de documentos com indícios de fraude, além da suposição de que possui certa ingerência nos negócios da organização" (fl. 1271), ao passo que a requerente integrava o núcleo empresarial, sendo responsável por emitir notas de serviços supostamente prestados pelas suas empresas ao Instituto, permitindo que os valores retornassem aos membros do grupo sem chamar a atenção, expediente que auxiliava no processo de lavagem de dinheiro.

Por conseguinte, não obstante a prisão preventiva da requerente também decorra da *Operação Raio-X*, inexistente similitude fática entre a sua situação e a do corréu beneficiado com a revogação da segregação antecipada e, portanto, não há que se falar em extensão dos efeitos da decisão em questão.

Nesse sentido, veja-se precedente:

HABEAS CORPUS. PEDIDO DE EXTENSÃO. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA-PROCESSUAL ENTRE OS ACUSADOS. INTERESSADO QUE REGISTRA PASSAGENS PELA PRÁTICA DE DIVERSOS ATOS INFRACIONAIS. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. INDEFERIMENTO DO PLEITO.

1. O art. 580 do Código de Processo Penal estabelece que "no caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros".

2. No caso em apreço, não se encontram os corréus na mesma situação fático-processual, tendo em vista que o Juízo de primeiro grau destacou a dedicação do ora interessado às atividades criminosas, tendo em vista que registra a prática de diversos atos infracionais, inclusive equiparados ao delito de tráfico de drogas. Nesse contexto, percebe-se a ausência de similitude fático-processual entre a situação do corréu beneficiado com a revogação da prisão preventiva e a do ora interessado. 3. Não tendo sido demonstrado o preenchimento dos requisitos do art. 580 do CPP, não há falar, portanto, em extensão da benesse concedida.

4. Pedido de extensão indeferido. (PExt no HC n. 532.710/SP, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 22/11/2019.)

Destaque-se, outrossim, que, ao indeferir pedidos de extensão formulados em outros *habeas corpus* decorrentes da referida operação, o relator, Ministro Nefi Cordeiro, tem consignado que, "no caso, discute-se a participação de cada agente na organização criminosa e as condições pessoais não permitem a extensão, não se verificando de plano a similitude fático-processual, nos termos exigidos pelo art. 580 do CPP" (HC n. 622.424/SP, HC n. 630.746/SP e HC n. 630.396/SP), circunstância que reforça a impossibilidade de deferimento do benefício aqui almejado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de extensão.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente